

Banco Mercedes-Benz

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do **Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.**, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Desempenho

O Banco Mercedes-Benz do Brasil (BMB), líder em financiamentos de veículos Mercedes-Benz em todos os segmentos de atuação, registrou R\$ 19.311.986 mil em carteira de crédito em 31 de dezembro de 2025. O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) respon-de por 46,4% dos contratos em carteira, seguido do BNDES Finame, com 30,7%.

O volume total de novos negócios no ano de 2025 ficou em R\$ 6.770.214 mil, o que representa um acréscimo de 13,8% em relação ao montante obtido no mesmo período de 2024, com R\$ 5.949.849 mil.

Um dos principais destaques do período é o desempenho do Crédito Direto ao Consumidor (CDC), que registrou crescimento de 18,8% em 2025. No acumulado de janeiro a dezembro, foram negociados R\$ 4.066.811 mil, frente a R\$ 3.422.687 mil no ano anterior.

Em 2025 o financiamento de ônibus avançou 19,1%, atingindo R\$ 1.240.927 mil em operações, em 2024 foi de R\$ 1.042.219 mil.

Resultado

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. encerrou o exercício de 2025 com um lucro líquido de R\$ 188.786 mil, (R\$ 119.438 mil em 2024).

Receita da Intermediação Financeira

A receita da intermediação financeira no exercício de 2025 no montante de R\$ 3.004.264 mil (R\$ 2.678.268 em 2024) apresentou um aumento de 12,2% e o resultado bruto da intermediação financeira no exercício de 2025 no montante de R\$ 782.539 mil (R\$ 723.271 mil em 2024) apresentando um aumento de 8,2%.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido ao final do exercício de 2025 atingiu o montante de R\$ 2.379.071 mil (R\$ 2.609.650 mil em 2024).

Operações de Crédito e Outros Créditos

A carteira de crédito atingiu no final de 2025, o montante de R\$ 19.311.986 mil (R\$ 16.575.917 mil de operações de crédito e R\$ 2.736.069 mil de outros créditos), ante R\$ 19.602.499 mil (R\$ 16.085.604 mil de operações de crédito e R\$ 3.516.895 mil de outros créditos) em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 1,5%.

Ativos Totais

Os ativos totais apresentavam em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 20.260.371 mil (R\$ 20.841.513 mil em 31 de dezembro de 2024).

Classificação de Risco de Crédito por Agência de Rating

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. é classificado pela Fitch Ratings agência reconhecida internacionalmente e uma das três grandes agências de classificação de risco de crédito do mundo.

O rating e as notas atribuídas refletem a qualidade de sua administração na gestão dos negócios, o desempenho operacional, solidez financeira, baixo nível de risco além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido.

- Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)', Perspectiva Estável;
- Rating Nacional de Curto Prazo F1+ (bra)

Índice da Basileia

O índice de adequação de capital regulamentar é efetuado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A., composto pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., líder do conglomerado e pela Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil e em conformidade com a regulamentação atual.

Em 31 de dezembro de 2025 o índice é de 13,17% (13,98% em 31 de dezembro de 2024), o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 2.376.500 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.598.434 mil em 31 de dezembro de 2024) e o Patrimônio Mínimo Exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 1.443.901 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.486.586 mil em 31 de dezembro de 2024).

Comitê de Auditoria e Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, sendo constituído nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021.

É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e por dois membros independentes, e é responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais da controladora Daimler Truck Holding A.G.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2025

Ativo	Nota	2025
Circulante e não circulante		20.075.376
Disponibilidades	4	644
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado		98.390
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	71.285
Instrumentos financeiros derivativos	6	27.105
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		297.427
Títulos e valores mobiliários	5	297.427
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		19.311.986
Operações de crédito	7	19.311.986
(-) Provisões		(815.000)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(766.780)
Provisão para desvalorizações - Ativos não financeiros mantidos para venda	9	(48.220)
Outros ativos		562.396
Despesas antecipadas	9	3.249
Diversos	9	448.598
Ativos não financeiros mantidos para venda	9	110.549
Ativos fiscais diferidos	8	619.533
Ativo fiscal diferido		619.533
Permanente		184.995
Investimentos		155.620
Participações em coligadas e controladas no país	10	155.616
Outros investimentos		4
Imobilizado de uso	11	12.159
Outras imobilizações de uso		26.526
(Depreciações acumuladas)		(14.367)
Intangível	11	17.216
Ativos intangíveis		20.173
(Amortização acumulada)		(2.957)
Total do ativo		20.260.371

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	Capital social	Reservas de lucros			
	Legal	Especial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.639.377	95.458	809.801	65.014	2.609.650
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21¹	—	—	—	(26.703)	(26.703)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.639.377	95.458	809.801	65.014	2.582.947
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	(116)	(61.490)	(61.606)
Resultado líquido do período	—	—	—	188.786	188.786
Destinações:					
Reserva legal	—	9.439	—	(9.439)	—
Reserva especial de lucros	—	—	152.644	(152.644)	—
Dividendos pagos	—	—	(331.056)	—	(331.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.639.377	104.897	631.273	3.524	2.379.071
Mutações do período	9.439	(178.528)	(61.490)	26.703	(203.876)
Saldos em 1º de julho de 2025	1.639.377	101.573	809.801	21.360	89.491
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(17.952)	(17.952)
Resultado líquido do período	—	—	—	66.477	66.477
Destinações:					
Reserva legal	—	3.324	—	(3.324)	—
Reserva especial de lucros	—	—	152.644	(152.644)	—
Dividendos pagos	—	—	(331.056)	—	(331.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.639.377	104.897	631.389	3.408	2.379.071
Mutações do período	—	3.324	(178.412)	(17.952)	(89.491)

¹ Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco") está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e (iii) Investimento. Com sede na cidade de São Bernardo do Campo - SP, na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - Prédio 20 - 2º andar, o Banco é a entidade líder do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A., composto pelo Banco e pela empresa Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg, na Alemanha.

O Banco oferece soluções em serviços financeiros para suportar a aquisição de veículos da marca Mercedes-Benz (caminhões, ônibus, automóveis e vans).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Banco, em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, optou por não apresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, assim como na metodologia de cálculo das perdas associadas ao risco de crédito.

Em 25 de março de 2026, a Administração aprovou as demonstrações financeiras autorizando sua divulgação a partir dessa data.

b. Normas adotadas no exercício corrente

Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e Renegociação e Reestruturação)

• **Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito** (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

Os efeitos resultaram em incremento da provisão de aproximadamente R\$ 49.078 mil (equivalente a 9% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024). Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - Probabilidade de inadimplência: Avaliação da chance de o ativo financeiro se tornar de difícil recuperação, considerando o prazo estimado de vigência do instrumento, o cenário econômico atual e projeções fundamentadas sobre possíveis mudanças nas condições de mercado e na economia. Também foram consideradas eventuais garantias ou colaterais vinculados ao ativo.

II - Expectativa de recuperação: Estimativa do valor que pode ser recuperado, levando em conta os custos envolvidos nesse processo, as características das garantias (como tipo, liquidez e valor provável de realização), além de dados históricos de recuperação de ativos com perfil semelhante.

III - Provisão para perdas incorridas: Aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/2023, conforme o tempo de atraso dos ativos inadimplidos, em linha com o artigo 76 da mesma norma.

Como resultado da adoção inicial desse modelo, foi reconhecido um impacto negativo no patrimônio líquido do Banco no valor de R\$ 26.703 mil, já considerando os efeitos tributários.

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			
	Legal	Especial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.639.377	95.458	809.801	65.014	2.609.650
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21¹	—	—	—	(26.703)	(26.703)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.639.377	95.458	809.801	65.014	2.582.947
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	(116)	(61.490)	(61.606)
Resultado líquido do período	—	—	—	188.786	188.786
Destinações:					
Reserva legal	—	9.439	—	(9.439)	—
Reserva especial de lucros	—	—	152.644	(152.644)	—
Dividendos pagos	—	—	(331.056)	—	(331.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.639.377	104.897	631.273	3.524	2.379.071
Mutações do período	9.439	(178.528)	(61.490)	26.703	(203.876)
Saldos em 1º de julho de 2025	1.639.377	101.573	809.801	21.360	89.491
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(17.952)	(17.952)
Resultado líquido do período	—	—	—	66.477	66.477
Destinações:					
Reserva legal	—	3.324	—	(3.324)	—
Reserva especial de lucros	—	—	152.644	(152.644)	—
Dividendos pagos	—	—	(331.056)	—	(331.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.639.377	104.897	631.389	3.408	2.379.071
Mutações do período	—	3.324	(178.412)	(17.952)	(89.491)

¹ Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

• **Aplicação dos critérios contábeis e tratamento tributário** (Conforme Resolução CMN nº 4.966/2021 e Lei nº 14.467/2022, com alterações da Lei nº 15.078/2024)

Crítérios para dedução fiscal:

A dedução deverá seguir os percentuais de perda incorrida conforme o tempo de inadimplimento. Importante destacar que, no exercício de 2025, perdas superiores ao lucro real não poderão ser deduzidas.

Créditos inadimplidos até 31/12/2024:

A partir de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre créditos inadimplidos até o final de 2024, que ainda não tenham sido deduzidas, poderão ser excluídas do lucro líquido para fins de cálculo do lucro real e da CSL, à razão de 1/84 por mês. Alternativamente, as instituições poderão optar, até 31 de dezembro de 2025, por realizar essa dedução à razão de 1/120 ao mês, sendo essa escolha irrevogável e irretratável.

Os efeitos dessa legislação estão refletidos na expectativa de realização de créditos tributários e passivos fiscais diferidos, conforme demonstrado na Nota 8.

• Hedge Accounting

As diretrizes de *hedge accounting* visam refletir, nas demonstrações financeiras, os impactos da estratégia de gerenciamento de riscos adotada pela instituição, especialmente no uso de instrumentos financeiros para mitigar exposições que influenciam o desempenho da entidade.

A Resolução CMN nº 4.966 determina que a partir de 1º de janeiro de 2027, as operações de *hedge* deverão ser reclassificadas nas seguintes categorias:

- *Hedge* de valor justo
- *Hedge* de fluxo de caixa
- *Hedge* de investimento líquido no exterior

• Renegociação e reestruturação de ativos financeiros

Para operações de reestruturação, o valor contábil dos ativos deve ser recalculado com base no valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Já nas renegociações que não se enquadram como reestruturação, o ativo deve ser reavaliado conforme os novos termos contratuais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas alterações relevantes nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., exceto aquelas diretamente relacionadas à implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023.

a. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro: É qualquer contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

Os instrumentos financeiros do Banco são avaliados conforme as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, e classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa classificação considera o modelo de negócio e o resultado do teste SPJJ (Somente Pagamento de Principal e Juros), que verifica se os fluxos futuros representam apenas pagamentos de principal e juros.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e normas correlatas

A adoção da Resolução foi feita de forma prospectiva, com os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros reconhecidos diretamente em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, já líquidos dos efeitos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foram reconhecidos na

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Banco Mercedes-Benz é composto por quatro membros cujas principais responsabilidades são: elaborar a política de remuneração dos administradores da instituição; supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores; revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando às diretorias da sociedade a sua correção ou aprimoramento; avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e, zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro

O Banco Mercedes-Benz conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro cujo objetivo é evitar o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto possui um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam conhecer os seus clientes e o monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Governança Corporativa

O Banco Mercedes-Benz possui uma estrutura interna de *compliance* e auditoria, de modo a assegurar um ambiente operacional baseado nas melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança e transparência. O Banco está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentável, tendo como base o conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas da instituição. A gestão de riscos da empresa é efetuada de forma consolidada e em conformidade com as regras e normas internas, estando a mesma segregada das unidades de Negócio, Compliance & Governance, Auditoria Interna e o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade. Em especial, agradecemos aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação e empenho diário para o bom funcionamento das nossas operações, possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Bernardo do Campo, 25 de março de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2º sem/2025	2025
Receitas da intermediação financeira		1.544.499	3.004.264
Operações de crédito	7	1.242.602	2.403.645
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7	231.527	449.973
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	25.569	51.949
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		44.801	98.697
Despesas da intermediação financeira		(1.154.163)	(2.221.725)
Operações de captação no mercado	12	(675.971)	(1.293.007)
Operações de empréstimos e repasses	12	(478.081)	(928.385)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(111)	(333)
Resultado da intermediação financeira		390.336	782.539
Outras receitas operacionais		64.464	176.662
Rendas de tarifas bancárias		518	1.033
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	8.825	14.

Banco Mercedes-Benz

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial, será mensurado pelo custo amortizado quando forem atendidas ambas as condições abaixo:

- E mantido dentro de um modelo de negócios cujo propósito é manter os ativos visando o recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal ainda não quitado.

iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Essa categoria inclui ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de gerar retorno tanto por meio dos fluxos de caixa contratuais - compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros - quanto pela venda dos ativos.

Para que um instrumento financeiro seja classificado como VJORA, ele deve atender simultaneamente aos seguintes requisitos:

- O ativo é administrado dentro de um modelo de negócios que busca retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa quanto pela venda, com transferência significativa dos riscos e benefícios associados;
- Os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Os ganhos e perdas resultantes da variação no valor justo, bem como as provisões para perdas esperadas, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sob a rubrica "Outros resultados abrangentes".

v) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

vi) Passivo financeiro

Os passivos financeiros devem ser classificados, como regra geral, na categoria de custo amortizado, salvo exceções.

Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, enquanto os demais passivos financeiros são classificados como custo amortizado.

vii) Taxa de juros efetiva ("TJE")

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos futuros estimados de caixa - pagamentos ou recebimentos - ao longo da vida útil esperada de um ativo ou passivo financeiro, trazendo-os ao seu valor contábil bruto (antes de qualquer provisão para perda) ou ao custo amortizado, conforme o caso.

No Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., o cálculo da taxa efetiva considera as receitas e custos de originação associados aos instrumentos financeiros, apropriados de forma linear ao longo da vigência dos contratos.

Os ativos e passivos financeiros classificados ao custo amortizado, originados a partir de janeiro de 2025, passaram a ser reconhecidos com base no método da taxa efetiva de juros. Já as operações de crédito iniciadas até 31 de dezembro de 2024 continuam sendo reconhecidas pela taxa contratual, conforme os termos originais dos contratos.

viii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é mensurada conforme os critérios definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, especialmente o artigo 76, que trata das perdas incorridas em instrumentos financeiros - tanto para operações adimplidas quanto inadimplidas.

A metodologia de apuração da provisão é aplicada conforme o tipo de carteira e os percentuais exigidos pela regulamentação vigente.

Classificação das carteiras (C1 a C5)

De acordo com o artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023, os instrumentos financeiros devem ser classificados nas carteiras C1 a C5, com base em:

- Características da operação de crédito
 - Garantias prestadas
 - Avaliação do aumento significativo do risco de crédito
- Essa classificação orienta o nível mínimo de provisão a ser constituído.

Estágios de Perda Esperada (Resolução CMN nº 4.966/2021)

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduz o conceito de perda esperada, considerando:

- Expectativas de eventos futuros
- Condições econômicas
- Evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos

As operações são classificadas em três estágios:

Estágio	Descrição	Crterios de classificação	Provisão reconhecida
Estágio 1	Operações em curso normal	Instrumentos financeiros recém-reconhecidos, sem aumento significativo de risco	Perda esperada para os próximos 12 meses
Estágio 2	Operações com aumento significativo no risco de crédito	Atraso superior a 30 dias ou aumento relevante na probabilidade de default (PD) em relação à PD inicial	Perda esperada ao longo da vida útil do ativo
Estágio 3	Operações com evidência objetiva de perda	Atraso superior a 90 dias, reestruturação da dívida, ou envolvimento em processo de recuperação judicial	Perda esperada totalmente reconhecida

O Banco realiza a mensuração das perdas associadas ao risco de crédito de forma individual ou coletiva, conforme a natureza da operação e o perfil da contraparte. Na avaliação individual, são considerados fatores como a situação econômica e financeira da contraparte, seu nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, qualidade da administração, governança corporativa, controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências legais, limites de crédito, bem como as características dos ativos envolvidos - incluindo natureza, finalidade, tipo, garantias, nível de liquidez e valor total.

Além disso, são levadas em conta a experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para os empréstimos avaliados coletivamente, os ativos financeiros são agrupados com base em características comuns de risco de crédito, como segmento de atuação, tipo de ativo, garantias associadas, experiência histórica de perdas e demais fatores relevantes, permitindo uma estimativa mais precisa das perdas esperadas para grupos homogêneos.

ix) Ativo problemático e stop accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 define como ativo problemático aquele cuja recuperação de crédito apresenta risco elevado, caracterizado por atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos, ou pela evidência de que a obrigação não será integralmente cumprida nas condições originalmente pactuadas, sem necessidade de execução de garantias ou colaterais. Nesses casos, o ativo é classificado no Estágio 3, e aplica-se o procedimento denominado *Stop Accrual*, previsto no Artigo 17 da mesma resolução, que determina a suspensão do reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita de juros ainda não recebida relacionada a esses ativos financeiros. Esse mecanismo visa assegurar que os resultados contábeis reflitam com maior precisão a realidade econômica das operações com elevado risco de inadimplência.

x) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada adotado pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. baseia-se na construção de cenários de perda que consideram as características dos produtos financeiros e sua classificação nos respectivos estágios de risco, utilizando os parâmetros de PD (Probabilidade de Inadimplência), LGD (Perda no Caso de inadimplência) e EAD (Exposição no Caso de Inadimplência). A mensuração da perda esperada é realizada por meio de cálculos que combinam esses parâmetros, podendo haver distinções entre instrumentos com limites a consumir, como linhas de crédito rotativas, e instrumentos parcelados, como financiamentos. Para estimar esses parâmetros, a instituição aplica sua experiência na elaboração de modelos internos, desenvolvidos tanto para atender às exigências do ambiente regulatório quanto para fins de gestão de risco e controle interno.

xi) Baixa para prejuízo

A baixa contábil, também conhecida como *write off*, representa o reconhecimento definitivo da não recuperação do ativo. Com base em estudos internos e práticas de mercado, o prazo para efetivação do *write off* foi definido em 630 dias após a classificação do ativo como problemático, refletindo a avaliação de que, após esse período, não há expectativa razoável de recebimento dos valores originalmente contratados.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e da provisão para contingências, cíveis, fiscais e trabalhistas, determinação da vida útil de determinados ativos e do valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *Swap* são avaliados pelo valor justo contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "*pro rata die*" até a data do balanço.

A metodologia de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado do Banco, no todo ou em parte, decorrente das exposições das flutuações das taxas de juros de ativos ou passivos financeiros, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será transferida e reconhecida no resultado.

f. Investimentos

O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial e seus resultados são registrados na demonstração de resultado na rubrica "Resultado de participações em coligadas e controladas". Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

g. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais, considerando a expectativa de vida útil econômica dos bens (instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, veículos e sistemas de processamento de dados - 20%).

h. Intangível

Registrados ao custo de aquisição, os gastos com desenvolvimento de softwares são amortizados às taxas de 20% ao ano, que considera a vida útil dos ativos intangíveis.

i. Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

j. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

A probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e para contribuição social foi calculada com base na alíquota de 20%.

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social (conforme Artigo 32 da Emenda Constitucional nº103/19).

Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN 4.842/20 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

l. Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

Ativos não financeiros mantidos para a venda: Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Resultado de exercícios futuros - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da flüência do prazo.

Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos - A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

m. Benefícios a empregados

Planos de Contribuição Definida - O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, o Banco, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação ou passivo atuarial de pagamento adicional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2025
Disponibilidades	644
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	71.285
Total	71.929

¹ Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2025	
Por meio de outros resultados abrangentes	Valor de custo	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro¹	296.777	296.531
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI²	355	896
Total	297.132	297.427

¹ Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, cujo valor justo foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

² O FGI é um fundo de natureza privada, constituído e administrado pelo BNDES com patrimônio próprio com aportes realizados pela União, sendo os agentes financeiros cotistas do fundo.

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários estavam apresentados nas seguintes faixas de vencimento:

	2025
Sem vencimento	896
181 a 360 dias	162.406
Acima de 360 dias	134.125
Total	297.427

As rendas apropriadas dos títulos e valores mobiliários, foi de R\$ 51.949 no exercício de 2025.

A variação do ajuste ao valor justo e seus efeitos tributários são apresentados nos balanços patrimoniais na rubrica "Outros resultados abrangentes".

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, designando as posições próprias como *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

	Local de negociação	2025	
Swap	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo
Posição Ativa - DI	2.283.100	2.480.316	2.491.868
Posição Passiva - Pré financeiras	(2.283.100)	(2.464.335)	(2.470.265)
Diferencial a receber/a pagar	-	15.981	21.603

	2025	
Vencimento em dias	Até 90	91 a 180
<i>Swap</i> - Valor de referência	-	-
	758.600	1.524.500
	2.283.100	

	2025	
Hedge de fluxo de caixa	Instrumento financeiro	Valor de referência
Instrumento de <i>hedge</i>	<i>Swap</i> - DI x Pré	2.283.100
	Depósitos interfinanceiros	150.000
	Letras financeiras - Pós	2.133.100

Item objeto de *hedge*

Não houve parcela inefetiva (ganhos/perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa registrados em contas de resultado no exercício de 2025.

a. Desembolsos futuros dos objetos de hedge

	2025	
Vencimento em dias	181 a 360	Acima de 360
Depósitos interfinanceiros	150.000	-
Letras financeiras	608.600	1.524.500
Total	758.600	1.524.500

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas por produto

	2025	
Produto	Saldo contábil	Provisão
Empréstimos	140.444	(65.482)
Financiamentos	16.435.473	(657.331)
Títulos e créditos a receber¹	2.736.069	(43.967)
Total	19.311.986	(766.780)

¹ Refere-se à aquisição de recebíveis relacionados às operações de venda de veículos às concessionárias autorizadas, originados junto à Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e à Mercedes-Benz Cars & Vans Brasil - Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

b. Resultado com operações de crédito e operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	2º sem/2025	2025
Rendas com ativos financeiros ao custo amortizado	1.242.602	2.403.645
Empréstimos	5.200	11.115
Financiamentos	1.237.402	2.392.530
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	231.527	449.973
Títulos e créditos a receber	231.527	449.973
Total	1.474.129	2.853.618

As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025.

c. Composição da carteira de crédito por setor econômico

	2025	
Nível de risco	Saldo contábil	
Indústria	354.895	
Comércio	4.274.859	
Outros serviços¹	14.095.546	
Pessoas físicas	586.686	
Total	19.311.986	

¹ Referem-se, majoritariamente, a serviços de transportes em geral.

d. Concentração da carteira de crédito

	2025	
	Saldo contábil	Proporção
		Carteira de Crédito (%)
Maior devedor	529.349	2,74%
10 maiores devedores	3.360.917	17,40%
20 maiores devedores	4.955.222	25,66%
50 maiores devedores	7.668.116	39,71%
100 maiores devedores	9.787.380	50,68%

Para o cálculo de concentração máxima, definida pelo Banco Central do Brasil, de maiores clientes é utilizada a carteira total do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Nota 23f).

e. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento de parcelas

	2025	
	31/12/2025	
Vencidas:	225.056	
A vencer:	19.086.930	
Até 90 dias	4.276.694	
91 a 360 dias	4.810.955	
Acima de 360 dias	9.999.281	
Total	19.311.986	

f. Movimentação entre estágios da carteira de crédito

	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Oriundos do estágio 2	Oriundos do estágio 3	Originados / liquidados	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1	18.200.898	(163.694)	(265.369)	53.092	35.657	(287.226)	17.573.358
Pessoa jurídica	14.656.559	(162.445)	(262.696)	52.389	32.838	497.429	14.814.074
Financiamentos	27.444	(1.249)	(2.673)	703	2.819	(3.828)	23.216
Empréstimos	3.516.895	—	—	—	—	(780.827)	2.736.068
Títulos e créditos a receber	443.345	(5.949)	(8.378)	1.087	868	101.544	532.517
Pessoa física	443.345	(5.949)	(8.378)	1.087	868	101.544	532.517
Financiamentos	18.644.243	(169.643)	(273.747)	54.179	36.525	(185.682)	18.105.875
Total	18.644.243	(169.643)	(273.747)	54.179	36.525	(185.682)	18.105.875
	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Oriundos do estágio 1	Oriundos do estágio 3	Originados / liquidados	Saldo em 31/12/2025
Estágio 2	285.603	(53.092)	(53.779)	163.694	4.880	(76.235)	271.071
Pessoa jurídica	280.413	(52.389)	(50.619)	162.445	4.880	(80.726)	264.004
Financiamentos	5.190	(703)	(3.160)	1.249	—	4.491	7.067
Empréstimos	11.787	(1.087)	(2.409)	5.949	152	(3.409)	10.983
Pessoa física	11.787	(1.087)	(2.409)	5.949	152	(3.409)	10.983
Financiamentos	297.390	(54.179)	(56.188)	169.643	5.032	(79.644)	282.054
Total	297.390	(54.179)	(56.188)	169.643	5.032	(79.644)	282.054
	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio¹	Transferência para estágio 2	Oriundos do estágio 1	Oriundos do estágio 2	Originados/ liquidados	Saldo em 31/12/2025
Estágio 3	640.958	(35.657)	(4.880)	265.369	53.779	23.522	(42.608)
Pessoa jurídica	539.862	(32.838)	(4.880)	262.696	50.619	17.469	(42.608)
Financiamentos	101.096	(2.819)	—	2.673	3.160	6.053	—
Empréstimos	19.908	(868)	(152)	8.378	2.409	(5.560)	(541)
Pessoa física	19.908	(868)	(152)	8.378	2.409	(5.560)	(541)
Financiamentos	660.866	(36.525)	(5.032)	273.747	56.188	17.962	(43.149)
Total	660.866	(36.525)	(5.032)	273.747	56.188	17.962	924.055

Banco Mercedes-Benz

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

Consolidado 3 Estágios	Saldo 01/01/2025¹	Originados / liquidados	(Write off)	Saldo em 31/12/2025
Pessoa jurídica	19.127.459	(339.939)	(42.608)	18.744.912
Financiamentos	15.476.834	434.172	(42.608)	15.868.398
Empréstimos	133.730	6.716	—	140.446
Títulos e créditos a receber	3.516.895	(780.827)	—	2.736.068
Pessoa física	475.040	92.575	(541)	567.074
Financiamentos	475.040	92.575	(541)	567.074
Total	19.602.499	(247.364)	(43.149)	19.311.986

¹Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21.

g. Movimentação entre estágios da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Oriundos do estágio 2	Oriundos do estágio 3	Originados/ liquidados	Saldo em 31/12/2025
Pessoa jurídica	180.508	(24.451)	(145.100)	7.194	11.626	128.823	158.600
Financiamentos	113.403	(24.071)	(143.826)	6.974	11.598	149.604	113.682
Empréstimos	1.143	(380)	(1.274)	220	28	1.214	951
Títulos e créditos a receber	65.962	—	—	—	—	(21.995)	43.967
Pessoa física	7.551	(1.264)	(3.919)	250	332	5.061	8.011
Financiamentos	7.551	(1.264)	(3.919)	250	332	5.061	8.011
Total	188.059	(25.715)	(149.019)	7.444	11.958	133.884	166.611
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Oriundos do estágio 1	Oriundos do estágio 3	Originados/ liquidados	Saldo em 31/12/2025
Pessoa jurídica	44.496	(7.194)	(35.357)	24.451	1.746	20.571	48.713
Financiamentos	42.898	(6.974)	(32.956)	24.071	1.746	17.735	46.520
Empréstimos	1.598	(220)	(2.401)	380	—	2.836	2.193
Pessoa física	2.824	(250)	(1.827)	1.264	49	583	2.643
Financiamentos	2.824	(250)	(1.827)	1.264	49	583	2.643
Total	47.320	(7.444)	(37.184)	25.715	1.795	21.154	51.356
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025¹	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Oriundos do estágio 1	Oriundos do estágio 2	Originados/ liquidados	Saldo em 31/12/2025
Pessoa jurídica	351.527	(11.626)	(1.746)	145.100	35.357	(27.159)	42.608
Financiamentos	301.767	(11.598)	(1.746)	143.826	32.956	(36.089)	42.608
Empréstimos	49.760	(28)	—	1.274	2.401	8.930	—
Pessoa física	8.060	(332)	(49)	3.919	1.827	786	541
Financiamentos	8.060	(332)	(49)	3.919	1.827	786	541
Total	359.587	(11.958)	(1.795)	149.019	37.184	(26.373)	43.149

Consolidado 3 estágios	Saldo 01/01/2025¹	Originados/ liquidados	(Write off)	Saldo em 31/12/2025
Pessoa jurídica	576.531	122.235	42.608	741.374
Financiamentos	458.068	131.250	42.608	631.926
Empréstimos	52.501	12.980	—	65.481
Títulos e créditos a receber	65.962	(21.995)	—	43.967
Pessoa física	18.435	6.430	541	25.406
Financiamentos	18.435	6.430	541	25.406
Total	594.966	128.665	43.149	766.780

¹Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 608.907 no exercício de 2025. A Administração considera como renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições temporárias, constituídos à alíquota de 25% para imposto de renda e de 20% para a contribuição social.

As diferenças temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, provisão para bens não de uso próprio e todas outras indetituíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito¹	239.311	191.448
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.055	9.644
Provisão para contingências fiscais	23.004	18.404
Provisão para contingências cíveis	3.961	3.169
Provisão para contingências trabalhistas	11.919	9.535
Outros	53.735	43.348
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	343.985	275.548
MTM - Patrimônio líquido	(1.406)	(1.124)
Títulos disponíveis para venda	(135)	(108)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(62)	(49)
Total obrigações fiscais diferidas	(1.603)	(1.281)
Créditos tributários líquidos de obrigações fiscais diferidas	342.382	274.267

¹ Os efeitos do saldo diferido para perdas associadas ao risco de crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 21.847.

b. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

	2025	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	465.579	68.054
Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos	16.677	52.304
Provisão para contingências fiscais	41.407	1
Provisão para contingências cíveis	6.869	361
Provisão para contingências trabalhistas	18.495	2.959
Outros	117.682	60.657
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	666.709	184.336
MTM - Patrimônio líquido	(52.771)	50.241
Títulos disponíveis para venda	(193)	(50)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(230)	—
Total obrigações fiscais diferidas	(53.194)	50.191
Créditos tributários líquidos de obrigações fiscais diferidas	613.515	234.527

Os créditos tributários serão realizados no prazo máximo de 10 anos, à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Período	Imposto de renda	Diferenças temporárias	Total	Valor contábil
2026	87.089	70.032	157.121	138.128
2027	33.880	27.104	60.984	47.132
2028	42.715	34.172	76.887	52.239
2029	45.262	36.210	81.472	48.663
Após 2029	122.772	98.217	220.989	106.923
Total	331.718	265.735	597.453	393.085

O valor contábil dos créditos tributários, calculados com base na taxa média de captação é de R\$ 393.085 em 31 de dezembro de 2025.

9. OUTROS ATIVOS

a. Diversos

	2025
Circulante	232.790
Impostos e contribuições a compensar	53.076
Devedores diversos - País¹	178.789
Adiantamentos e antecipações salariais	925
Não circulante	215.808
Devedores por depósitos em garantia (Nota 13a)	207.082
Impostos e contribuições a compensar	8.726
Total	448.598

¹ Referem-se substancialmente à baixa de parcelas de operações pagas por clientes no último dia útil do ano, com depósitos disponibilizados pelo banco correspondente no 1º dia útil subsequente, no montante de R\$ 90.732 e por subsídios a receber da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Mercedes-Benz Cars & Vans Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros", no montante de R\$ 30.492.

b. Ativos não financeiros mantidos para a venda - recebidos e provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos

	2025
Veículos e afins	99.136
Imóveis	11.413
Ativos não financeiros mantidos para a venda - recebidos	110.549
(Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos)	(48.220)
Total	62.329

c. Movimentação de ativos não financeiros mantidos para a venda - recebidos

	2025
Saldo inicial	132.570
Retomadas de bens	362.185
Devolução de bens¹	(53.569)
Baixa por venda	(330.637)
Saldo final	110.549

¹ Refere-se aos bens devolvidos aos clientes em função de renegociação ou determinação judicial.

10. INVESTIMENTOS

Investimento na controlada Mercedes-Benz Leasing Arrendamento Mercantil S.A.

	2025
Total do ativo	208.078
Total do passivo	52.462
Capital social	183.253
Patrimônio líquido	155.616
Resultado do exercício	14.402
Quantidade de ações	189.044.413
% de participações	100%
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	14.402
Valor do investimento	155.616

11. IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL

a. Composição do imobilizado e do ativo intangível

	Custo	Depreciação/ Amortização	Valor contábil
Imobilizado	26.526	(14.367)	12.159
Móveis e equipamentos de uso	2.476	(961)	1.515
Sistemas de comunicação	142	(54)	88
Veículos e afins	12.847	(5.086)	7.761
Sistema de processamento de dados	10.008	(7.883)	2.125
Instalações	1.053	(383)	670
Intangível	20.173	(2.957)	17.216

b. Movimentação do imobilizado e do ativo intangível

	Custo	Depreciação/ Amortização	Valor contábil
Imobilizado	25.407	3.910	(2.791)
Móveis e equipamentos de uso	2.472	11	(7)
Sistemas de comunicação	142	—	—
Veículos e afins	11.722	3.899	(2.774)
Sistema de processamento de dados	10.018	—	(10)
Instalações	1.053	—	—
Intangível	5.755	14.418¹	—

¹Refere-se à capitalização dos custos incorridos na implementação de sistemas, conforme critérios de reconhecimento de ativo intangível.

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

Instrumento	Indexador	Contraparte	Valor da operação	Custo atualizado
	Pós-fixado	Inst. Financeira	1.087.000	1.095.132
		Pessoa Jurídica	200.000	211.693
Depósitos Interfinanceiros¹	Pré-fixado	Inst. Financeira	1.260.000	1.435.176
Total de depósitos interfinanceiros			2.547.000	2.742.001
		Ligadas	1.001.815	1.009.235
		Pessoa Jurídica	1.139.075	1.189.715
Depósitos a prazo¹	Pós-Fixado	Inst. Financeira	129.156	145.712
Total de depósitos a prazo			2.270.046	2.344.662

Depósitos a prazo¹	Pós-Fixado		
Total de depósitos a prazo			
	Pós-Fixado		
Letras financeiras¹	Pré-Fixado		
Total de recursos de aceites e emissão de títulos (Letras financeiras)			
	Pós-fixado		
	Pré-fixado	BNDES	
	Pós-fixado	CEF	
Total de obrigações por empréstimos e repasses			
Total			

¹ Os instrumentos financeiros pós-fixados são substancialmente objetos de *hedge* com operações de *swap* (Vide nota explicativa 6b). Os depósitos e as letras financeiras estão registrados na Câmara de Liquidação e Custódia da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b. Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	1.259.891	—	712.810	769.300	2.742.001
Depósitos a prazo	1.066.439	105.384	23.747	1.149.092	2.344.662
Recursos de aceites e emissão de títulos	303.443	119.182	1.080.537	3.285.660	4.788.822
Obrigações por empréstimos e repasses	676.235	654.823	1.250.569	4.782.788	7.364.415
Total	3.306.008	879.389	3.067.663	9.986.840	17.239.900

c. Resultado com depósitos e demais instrumentos financeiros

	2º sem/2025	2025
Operações de captação no mercado	(675.971)	(1.293.007)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(178.154)	(290.766)
Despesas de depósitos a prazo	(116.166)	(307.426)
Despesas de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(380.706)	(692.234)
Despesa de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(945)	(2.581)
Operações de empréstimos e repasses	(478.081)	(928.385)
Despesa de repasses - Finame	(439.804)	(872.574)
Despesa de repasses - Refrota	(38.277)	(55.811)
Total	(1.154.052)	(2.221.392)

13. PROVISÕES

O Banco e sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2025
Provisões	Depósitos
Trabalhistas¹	47.677
Cíveis²	15.843
Fiscais³	205.255
Total de provisões de contingências	268.775

¹Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

²Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

³Referem-se, a provisão com: PIS / COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

b. Movimentação das provisões

	Saldo inicial	Atualização	Adições	Reversões	Realização	Saldo final
Trabalhistas	41.099	4.586	12.912	(7.420)	(3.500)	47.677
Cíveis	15.265	2.177	1.826	(983)	(2.442)	15.843
Fiscais - federais	193.127	12.128	—	—	—	205.255
Total	249.491	18.891	14.738	(8.403)	(5.942)	268.775

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

Nesse exercício, o Banco não identificou contingências ativas.

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente, estão elencadas abaixo:

Processos de natureza:	2025
Litígios fiscais e tributários¹	20.967
Cíveis²	839
Total	21.806

¹Referem-se, basicamente a questões tributárias envolvendo Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 1.978, autor de infração da Receita Federal referente a desmutualização das ações CETIP referente ao exercício de 2008 no montante de R\$ 2.963 e auto de Infração da Receita Federal referente compensação de IRRF de origem com operação da CETIP no montante de R\$ 16.026.

²Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

d. Resultado com provisões

	2º sem/2025	2025
--	-------------	------

Banco Mercedes-Benz

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

b. Reservas de lucros

A conta reserva de lucros é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Ajuste ao valor justo

O saldo de ajuste ao valor justo corresponde à atualização dos títulos privados disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos dos efeitos tributários.

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2025 a administração propôs e foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 331.056.

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º sem/2025	2025
Recuperação de encargos e despesas	20.639	42.578
Rendas de juros remuneratórios	14.427	27.321
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	12.360	73.011
Rendas de atualizações monetárias ativas	6.903	13.344
Outras rendas operacionais	792	4.973
Total	55.121	161.227

18. DESPESAS DE PESSOAL

	2º sem/2025	2025
Proventos	(24.067)	(56.099)
Encargos sociais	(9.948)	(21.141)
Benefícios	(7.873)	(15.421)
Treinamentos	(228)	(386)
Remuneração de estagiários	(357)	(637)
Total	(42.473)	(93.684)

a. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em FI - Fundos de Investimento administrados pelo Itaú Unibanco S.A.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Banco, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

As despesas totais com contribuições efetuadas no exercício de 2025 foram de R\$ 1.352.

Além desse benefício, o Banco oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram R\$ 7.873 no exercício de 2025.

b. Remuneração da Administração

Salários e honorários da Administração

	2025
Remuneração	4.197

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º sem/2025	2025
Despesas de serviços de terceiros	(27.658)	(45.641)
Despesas de serviços técnicos especializados	(22.942)	(49.053)
Despesas de processamento de dados	(8.077)	(14.378)
Despesas de remarketing	(6.827)	(14.886)
Despesas de promoções e relações públicas	(3.899)	(4.706)
Despesas de comissão de fiança	(3.521)	(6.871)
Despesas de gravame	(3.459)	(6.528)
Despesas de depreciação	(2.072)	(4.090)
Despesas de amortização	(1.511)	(2.061)
Despesas de aluguéis	(872)	(1.703)
Outras despesas administrativas	(4.466)	(8.608)
Total	(85.304)	(158.525)

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º sem/2025	2025
COFINS	(17.082)	(34.385)
PIS	(2.776)	(5.588)
ISSQN	(467)	(810)
Outras despesas operacionais	442	(693)
Total	(19.883)	(41.476)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente

Contribuição social adicional de 5%

Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Adições temporárias e definitivas	338.511	(169.962)
Exclusões temporárias e definitivas	(269.332)	244.996
PAT, vale cultura e adicional	94	207
Baixa Imposto a Restituir base 2011	435	—
Ajuste provisão anos anteriores	(436)	(436)
Efeito dos impostos “Lei do Bem”	—	5.717
Ajuste imposto na fonte do ano	1	1

Imposto de renda e contribuição social do período

Impostos diferidos:

Adições/exclusões temporárias	(65.508)	(69.256)
Baixa PDD - PL - Stop accrual	233	233

Imposto de renda e contribuição social - diferido (Nota 8)

Total do imposto de renda e contribuição social

Resultado líquido do período

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Operações com partes relacionadas

O Banco mantém transações com controlada direta, controladora indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos estão assim demonstrados:

	2025				
	Controladas - diretas no país¹	Controladora - direta no país²	Controladoras - indiretas no exterior³	Coligadas no país/ exterior⁴	Outras⁵
Descrição					Total
Ativo					
Outros ativos diversos	—	—	—	—	30.492
Passivo					
Depósitos a prazo	145.712	1.931	—	42.234	1.007.304
Outros passivos diversos	—	—	7.552	4.822	1.989
Resultados de exercícios futuros	—	—	—	—	70.939
Receitas/(Despesas)					
Resultado com depósitos a prazo	(18.318)	(266)	—	(12.224)	(23.353)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	—	—	—	—	449.973
Receitas de subsídios⁶	—	—	—	—	65.474
Recuperação de encargos e despesas⁷	387	—	—	9.378	—
Despesas de prestação de serviços⁸	—	—	—	(388)	—
Despesa de processamento de dados	—	—	(3.239)	—	(3.239)
Despesas de comissão de fiança	—	—	(6.871)	—	—

¹Banco Mercedes-Benz do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

²Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

³Daimler Truck Financial Services GMBH e Daimler Truck AG

⁴Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda., Daimler Truck Locações e Serviços Ltda., Mercedes-Benz Compañía Financiera Argentina S.A. e Daimler Truck Financial Services USA.

⁵Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

⁶Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de crédito no montante de R\$ 65.474 no exercício de 2025, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

⁷Recuperação de encargos e despesas - referem-se a instrumento particular de compartilhamento e reembolso de despesas e outras avenças.

⁸Referem-se a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiros e de capitais.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão de riscos do Banco é feita de forma consolidada e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Daimler Truck Financial Services estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna. A estrutura de gerenciamento de riscos foi instituída de riscos de mercado e liquidez compatível com o porte do Conglomerado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17. Estão contemplados os seguintes riscos:

a. Risco operacional e cibernético

As áreas de negócio, através de seus gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de *Compliance & Governance*, com a supervisão do Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC), que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado.

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- Entendimento de processo;
- Identificação de riscos e controles;
- Sugestões de novos controles e planos de ação;
- Testes de controles;
- Monitoramento.

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia de abordagem padronizada para o cálculo de alocação de capital.

O Conglomerado considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27001 como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de *hardware* e *software*, correlação de log de atividades e prevenção e remediação de *malware*.

b. Risco de mercado, IRRBB e liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é centralizada e independente e está sob a responsabilidade da Gerência de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Com o intuito de controlar a estratégia adotada pela organização foi instituído o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC) que aprova políticas, procedimentos, estrutura e limites operacionais com objetivo de controlar a estratégia adotada pela organização, alinhando-a com os requerimentos da matriz (Daimler Truck AG), Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

O risco de mercado configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o banco não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB (*“Interest Rate Risk on Banking Book”*) é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado que todas as operações de crédito, como as de suporte, do banco são voltadas a carteira *banking*, o IRRBB é um risco considerado relevante para banco e é tratado de forma extensiva.

A metodologia de controle de exposição aos riscos inclui:

- Cálculo e acompanhamento da evolução do EVE/NII;
- Testes de estresse de mercado;
- Projeção diária de caixa 90 dias;
- Projeção de encerramento mensal de caixa (*Cashflow 12 months*);
- “*Gap analysis*” - estratégia de descasamento entre ativo e passivo;
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES);
- Testes de estresse de liquidez;
- Outros.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O acompanhamento contínuo e resultado do teste do risco da taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) utiliza a metodologia da ferramenta do delta EVE e delta NII de acordo com Circular nº 3.876/18 do BACEN.

	2025	Cenário de Estresse	
Cenário Base	2.956.423	I	II
	438.961	34.794	(29.724)
		(71.157)	72.399

EVE - *Economic Value of Equity*

NII - *Net Interest Income*

Análise de sensibilidade da carteira

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar às demais análises do Banco.

O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de inflação.

O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2025 para a carteira *banking*:

	2025		
	I	II	III
Prefixado	34.793	44.013	53.384
Cupom de inflação	1	1	1
Total	34.794	44.014	53.385

O cenário I foi estabelecido com base nos parâmetros da metodologia padronizada pelo Banco Central na Circular nº 3.876/18 do BACEN. Para o cenário II, foi considerado um fator de deterioração de 25% sobre o cenário anterior. Para o cenário de estresse III, foi considerado um fator de deterioração de 50% sobre o cenário inicial.

c. Risco de Crédito

Foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte do Banco.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, o Conglomerado tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito, arrendamento e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e mudanças que forem necessárias para mitigar os riscos associados aos negócios, sejam estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

d. Risco Social, Ambiental e Climático

É proveniente da possibilidade de perdas financeiras incorridas pelo descumprimento de deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral, bem como ao respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de ações que resultem na preservação ambiental e climática.

O Banco inicia sua análise internamente, colocando em primeiro lugar a sua responsabilidade social com seus colaboradores e o respeito ao meio ambiente, recusando qualquer tipo de discriminação na contratação e no emprego, recusando também a escravidão, o trabalho infantil, as ameaças a pessoas que defendem os direitos humanos e quaisquer outras infrações dos direitos humanos. Além de ter atenção especial à proteção de direitos trabalhistas fundamentais.

Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição aos riscos abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição aos riscos.

Relatórios com situação de exposição aos riscos e seus limites operacionais são observados e analisados pela área de gerenciamento de riscos e seu cumprimento é apresentado durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte estão claramente documentados através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

e. Limites operacionais

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2025 o índice é de 13,17% conforme apresentado abaixo:

Índice da Basileia III

Patrimônio de Referência (PR)

Ativos ponderados pelo risco (RWA)

Risco de Crédito (RWACPAD)

Privado não bancário

Público federal não bancário

Privado bancário

Risco Operacional (RWAOPAD)

PR Mínimo para RWA¹

Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN

IB - Índice da Basileia

Adicional de Conservação de Capital Principal

Margem Patrimônio de Referência - amplo

¹ Corresponde à aplicação da alíquota de 8% sobre a rubrica “Ativos ponderados pelo risco (RWA)”.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

f. Concentração dos principais clientes

É realizado mensalmente o gerenciamento da concentração de clientes na carteira do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. para atendimento à Resolução CMN nº 4.677/18, conforme apresentado abaixo:

	2025	
Clientes (posição)	Valor presente	Proporção do PR (%)
1º	529.468	22,28%
2º	420.827	17,71%
3º	350.835	14,76%
4º	345.875	14,55%
5º	335.274	14,11%
6º	310.976	13,09%
7º	304.148	12,80%
8º	268.976	11,32%
9º	261.623	11,01%
10º	234.855	9,88%

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprindo os requerimentos do órgão regulador.

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Não há resultados não recorrentes a serem apresentados no período.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes no período.

DIRETORIA

CONTADOR

LEONARDO LUIZ PICCININI

Diretor - Presidente

TATIANA YOKAYAMA E SILVA

Diretora

MARCELLO LARUSSA

Diretor

VIVIANE JACOB

Diretora

RAQUEL ASSIS

Diretora

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO

CRC 1SP 241853/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO 31/12/2025

Aos Diretores do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Banco), instituição líder do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, sendo constituído nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021.

É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e por dois membros independentes, cujas indicações foram homologadas pelo Banco Central, sendo responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis, a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Bacen, é da administração do Banco. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração do Banco, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se, no período de janeiro a dezembro/2025, em 09 (nove) ocasiões distintas, com as diversas áreas relevantes do Conglomerado, durante as quais foram discutidos temas inerentes às atribuições do Comitê, com destaque aos seguintes assuntos:

- Revisão e aprovação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e pela Auditoria Interna;
- Avaliação da governança de processos e controles das áreas de Contabilidade/Controladoria e Gerenciamento de Riscos (incluindo Resolução CMN 4966/2021), Compliance & Governança, Tecnologia e Cibersegurança, Jurídico e Ouvidoria;

www.bancomercedes-benz.com.br

continua →



Banco Mercedes-Benz

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57

★ continuação

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO 31/12/2025

- Avaliação da aplicação da Política de Remuneração dos Administradores (Resolução CMN 5177/2024), políticas e práticas comerciais adotadas na relação com clientes e usuários dos serviços (Resolução CMN 4949/2021), relatórios regulatórios, recomendações e interações da Instituição com o Banco Central;
- Avaliação do cumprimento do Plano Anual de Auditoria e a evolução dos planos de ação. O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação e inteirou-se dos seus planos de trabalho, acompanhando a sua realização e resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

No contexto da revisão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria, contando com a presença dos membros independentes, se reuniu em 25 de março de 2026, com os auditores independentes e profissionais responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras, oportunidade na qual também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período e em linha com as atribuições e responsabilidades previstas na Resolução CMN 4910 / 2021, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) não foram identificados fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não era efetivo; (ii) não foram identificados erros, fraudes e inobservâncias das leis e regulamentações de comunicação ao Banco Central; (iii) a Auditoria Interna desempenhou suas funções de

forma independente; (iv) os Auditores Independentes realizaram seus trabalhos de forma independente e efetiva; (v) não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o próprio Comitê. Desta forma, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação, pela Diretoria, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Bernardo do Campo, 25 de março de 2026

Leonardo Luiz Piccinini

Diretor Presidente/Membro do Comitê

Paulo José Arakaki

Membro Independente/Membro Qualificado do Comitê

Igor Estrada Gouvêa

Membro Independente do Comitê

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas do

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Banco), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Veja Nota 3a e 7 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 7.a e 7.g , a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totaliza, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$766.780 mil. Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em três estágios, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021. O cálculo da perda esperada é definido com base em conceitos utilizados em modelos de ECL (<i>Expected Credit Loss</i>), incluindo PD (<i>Probability of Default</i>), EAD (<i>Exposure at Default</i>) e LGD (<i>Loss Given Default</i>). A classificação das operações de crédito em estágios, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível, envolve premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes. Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: Avaliamos o desenho acerca dos controles internos relevantes e a efetividade relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; Com envolvimento de nossos especialistas de risco de crédito, efetuamos: - Avaliação qualitativa da metodologia de mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito; - Avaliação das documentações que suportam as modelagens utilizadas afim de concluir sobre sua adequação; - Avaliação da aplicação dos critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 no desenvolvimento dos modelos de ECL (<i>Expected Credit Loss</i>) de crédito; - Avaliação da aderência dos parâmetros de risco: PD (<i>Probabilidade de Default</i>), EAD (<i>Exposure at Default</i>) e LGD (<i>Loss Given Default</i>), bem como as variáveis macroeconômicas; - Avaliação da correta alocação dos estágios, de acordo com os critérios do Banco e a Resolução nº 4.966/2021; e - Recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador - CRC 1SP153569/O-0

